

# CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC

**EDITAL EQT N° 2/2023**



**ATUAÇÃO EM AUDITORIA  
INDEPENDENTE NAS ENTIDADES  
SUPERVISIONADAS PELA  
SUPERINTENDÊNCIA DE PREVIDÊNCIA  
COMPLEMENTAR (Previc)**

**Tarde**

**Tipo 1 - BRANCA**

Organizadora:



**PROVA: ATUAÇÃO EM AUDITORIA INDEPENDENTE NAS ENTIDADES SUPERVISIONADAS PELA SUPERINTENDÊNCIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (Previc)****QUESTÕES OBJETIVAS****Questão 01**

**Ao considerar os requisitos da necessidade de utilização do trabalho de especialistas em relação à natureza, época e extensão de procedimentos, o auditor deverá ponderar determinados assuntos a serem observados nos termos da NBC TA 620 – Utilização de trabalho de especialistas, EXCETO:**

- A) A natureza do assunto a que se refere o trabalho do especialista.
- B) A importância do trabalho do especialista no contexto da auditoria.
- C) Os riscos de distorção relevante no assunto a que se refere o trabalho do especialista.
- D) O conhecimento e a experiência do auditor em relação a trabalho posterior executado pelo especialista.
- E) Se o especialista está sujeito às políticas e procedimentos de controle de qualidade da firma de auditoria.

**Questão 02**

**O auditor deverá estabelecer acordo, por escrito, com o especialista por ele contratado, quando apropriado, sobre os seguintes assuntos, EXCETO:**

- A) A natureza, o alcance e os objetivos do trabalho do especialista.
- B) A necessidade de o especialista observar requisitos de confidencialidade.
- C) As respectivas atribuições e responsabilidades do auditor e do especialista.
- D) O acordo entre o auditor e o especialista que ocorre eventualmente na forma de carta de contratação.
- E) A natureza, a época e a extensão da comunicação entre o auditor e o especialista, incluindo o formato de qualquer relatório a ser fornecido pelo especialista.

**Questão 03**

**Em relação à natureza, alcance e objetivos do trabalho do especialista externo do auditor, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) A natureza e o alcance dos procedimentos a serem executados pelo especialista do auditor interno e externo.
- B) As premissas e os métodos, incluindo modelos quando aplicáveis, que o especialista externo do auditor usará, bem como sua importância.
- C) A data de vigência ou, quando aplicável, o período de testes do objeto do trabalho do especialista externo do auditor e requisitos relativos a eventos subsequentes.
- D) Quaisquer padrões de desempenho técnico pertinentes, outros requisitos profissionais ou da área de atuação que serão seguidos pelo especialista externo do auditor.
- E) Os objetivos do trabalho do especialista externo do auditor, no contexto de materialidade e considerações de risco relativas ao assunto ao qual se refere o trabalho do especialista e, quando pertinente, a estrutura de relatório financeiro aplicável.

**Questão 04**

**De acordo com as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), com ênfase nos controles internos, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) Designar administrador ou comitê responsável pela gestão de riscos, considerando o seu porte e complexidade, conforme regulamentação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.
- B) Designar o administrador estatutário tecnicamente qualificado como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e prestação de informações relativas à aplicação dos recursos.
- C) Manter registro, por meio digital, de todos os documentos que suportem a tomada de decisão na aplicação dos recursos dos planos é facultativo quando se tratar de gestão própria, de fundo de investimento exclusivo, ou de aplicação na qual a EFPC tenha poder decisório sobre a sua realização.
- D) Definir a separação de responsabilidades e objetivos associados aos mandatos de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos dos planos da entidade, inclusive com a definição das alçadas de decisão de cada instância.
- E) Adotar regras, procedimentos e controles internos, que devem garantir a observância dos limites, requisitos e demais disposições estabelecidas na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.994/2022, considerando o porte, a complexidade, a modalidade e a forma de gestão de cada plano por ela administrado.

### Questão 05

É correto afirmar que os investimentos dos recursos dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) devem ser classificados nos seguintes segmentos de aplicação, conforme a legislação atinente, EXCETO:

- A) Exterior.
- B) Renda fixa.
- C) Renda variável.
- D) Estruturado e mobiliário.
- E) Operações com participantes.

### Questão 06

Nos termos da Lei nº 13.709/2018 – também conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, assinale a afirmativa correta.

- A) Os dados pessoais relativos ao exercício regular de direitos pelo titular não podem ser utilizados em seu prejuízo.
- B) Toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, intimidade e privacidade, nos termos desta normativa.
- C) O titular tem direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, que deverão ser disponibilizados de forma clara, adequada e ostensiva, dentre outras características previstas em regulamentação para o atendimento do princípio do livre acesso.
- D) O tratamento de dados pessoais sensíveis somente não poderá ocorrer nas hipóteses: quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas ou sem fornecimento de consentimento do titular, quando for indispensável.
- E) O titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

### Questão 07

Tendo em vista que a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estabelece sanções em relação à responsabilidade e ressarcimento de danos em razão do exercício de atividade de tratamento dos dados, é INCORRETO afirmar que:

- A) Os agentes de tratamento só não serão responsabilizados quando provarem que não realizaram o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído.
- B) As hipóteses de violação do direito do titular no âmbito das relações de consumo permanecem sujeitas às regras de responsabilidade previstas nesta normativa.
- C) O tratamento de dados pessoais será irregular quando deixar de observar a legislação ou não fornecer a segurança que o titular dele pode esperar, consideradas as circunstâncias relevantes.
- D) Os agentes de tratamento só não serão responsabilizados quando provarem que, embora tenham realizado o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído, não houver violação à legislação de proteção de dados.
- E) O controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo.

### Questão 08

Pode-se afirmar que os títulos e valores mobiliários adquiridos para carteira própria, carteira administrada ou fundos de investimentos exclusivos pertencentes à entidade devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e classificados como títulos para negociação ou títulos mantidos até o vencimento. Desta maneira, é INCORRETO afirmar que:

- A) A entidade deve registrar os títulos públicos federais e os títulos privados na categoria “títulos para negociação”, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição.
- B) A entidade pode aplicar a planos de benefícios de contribuição variável e de contribuição definida exclusivamente na fase de concessão de benefícios, o que independe desses benefícios utilizarem hipóteses atuariais.
- C) A entidade pode manter registrados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”; os títulos e valores mobiliários da carteira própria, da carteira administrada ou dos fundos de investimentos exclusivos; assim classificados antes da entrada em vigor da norma em análise.
- D) A entidade pode registrar os títulos públicos federais na categoria “títulos mantidos até o vencimento” em planos de benefícios na modalidade de benefício definido, quando o prazo entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos for igual ou superior a cinco anos e desde que haja capacidade financeira e intenção em mantê-los na carteira até o vencimento.
- E) A capacidade financeira deve ser analisada com base na projeção dos fluxos financeiro e atuarial e caracterizada pela capacidade de atendimento das necessidades de liquidez da entidade, em função dos direitos dos participantes e assistidos, das obrigações da entidade e do perfil do exigível atuarial de seus planos de benefícios, e evidenciada pelas demonstrações atuariais.

### Questão 09

De acordo com o previsto na Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e sobre o registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A entidade pode adotar escrituração contábil em forma eletrônica, observadas as normas do Conselho Federal de Contabilidade, tal como deve constituir provisão para cobrir possíveis perdas de direitos creditórios e de investimentos.
- B) A entidade deve providenciar, anualmente, o inventário físico dos bens patrimoniais, compatibilizando os controles individuais com os registros contábeis, e, procedendo, se for o caso, aos ajustes necessários, sendo que aquela que administra planos de assistência à saúde registrados na Agência Nacional de Saúde Suplementar deve seguir as instruções daquele órgão sobre a constituição de provisões.
- C) A entidade poderá amortizar os gastos com prospecção, elaboração e implantação de novos planos de previdência complementar, conforme o estudo de mercado e a negociação com potenciais interessados; por elaboração, o planejamento das atividades e esboço do regulamento do plano; além da preparação da infraestrutura da entidade, aprovação do regulamento, divulgação e captação de participantes.
- D) A entidade deve manter controles individuais dos bens pertencentes ao imobilizado e aos investimentos imobiliários, os quais devem conter as seguintes informações: o valor e a data (de aquisição), a data de baixa, realizar a atualização monetária sempre, depreciação ou amortização, reavaliação e informações adicionais relativas a quaisquer ocorrências que venham a alterar o valor do bem, tais como benfeitorias ou quaisquer formas de acessão.
- E) A entidade deve observar para o registro contábil de processo sucessório: a absorção de um plano de benefício previdencial por outro que assume todos os seus direitos e obrigações, ficando mantidas as relações jurídicas já constituídas. Assim, reflexionar a transferência de parcela do patrimônio de um plano de benefícios previdencial para um ou mais planos de benefícios previdenciais, tal como refletir na operação de transferência da gestão de um plano de benefícios de uma entidade fechada para outra, mantidos os mesmos patrocinadores.

### Questão 10

As entidades fechadas de previdência complementar podem manter posições em mercados derivativos, diretamente ou por meio de fundo de investimento, desde que observadas, cumulativamente, as seguintes condições: “Avaliação prévia dos riscos envolvidos, existência de sistemas de controle interno adequados às suas operações, registro da operação ou negociação em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros ou em mercado de balcão organizado, atuação de câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação como contraparte central garantidora da operação, margem requerida limitada a \_\_\_\_\_ da posição em ativos financeiros aceitos pela *Clearing* e valor total dos prêmios de opções pagos limitado a \_\_\_\_\_ da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações da carteira de cada plano ou fundo de investimento”. Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) 5% / 7%
- B) 5% / 15%
- C) 15% / 5%
- D) 15% / 7%
- E) 15% / 15%

### Questão 11

**NÃO** são considerados como inobservância aos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 4.994, de 24/03/2022 os desenquadramentos passivos decorrentes de:

- A) Conversão de bônus ou recibos de subscrição.
- B) Recebimento de ativos provenientes de operações de empréstimos.
- C) Resgate de cotas de fundos de investimento nos quais a EFPC não efetue novos aportes.
- D) Exercício do direito de preferência e reestruturação societária na qual a EFPC não efetue novos aportes.
- E) Recebimento de ações em bonificação e desvalorização de ativos relativamente aos recursos garantidores do plano.

### Questão 12

Dentre outras previsões, a Instrução Normativa PREVIC nº 31/2020 estabelece normas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar. De acordo com a referida Instrução Normativa, para fins de constituição de provisão para perda sobre valores de créditos vencidos com atraso entre 241 e 360 dias deve ser adotado um percentual mínimo de provisão de:

- A) 25%.
- B) 30%.
- C) 50%.
- D) 60%.
- E) 75%.

**Questão 13**

**A Resolução CNPC nº 28/2017 trouxe importantes alterações no que diz respeito ao Plano de Gestão Administrativa (PGA) das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). Com base em suas disposições, analise as afirmativas a seguir.**

- I. O PGA deverá ter regulamento próprio aprovado pelo Conselho Deliberativo da entidade, o qual deverá conter, além de outros aspectos, a fonte de custeio e a forma de constituição e de destinação/utilização do Fundo Administrativo registrado no PGA.
- II. Os recursos do fundo administrativo registrado no PGA poderão ser utilizados para custear projetos de melhorias nos processos de gestão e reestruturação da entidade, sem que impliquem aumento de custos fixos do plano de gestão administrativa.
- III. É vedada a utilização de recursos do fundo administrativo registrado no PGA para cobertura de gastos com prospecção, elaboração, implantação e fomento de planos de benefícios de previdência complementar.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

**Questão 14**

**As Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) devem observar o disposto na Instrução Normativa PREVIC nº 34, de 28/10/2020, para prevenir a utilização de seus produtos para a prática de atos classificados como “lavagem de dinheiro” e “financiamento do terrorismo”. Com fulcro na referida norma, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) As EFPC devem dedicar especial atenção às operações envolvendo pessoa exposta politicamente, bem como com seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.
- B) As EFPC devem realizar avaliação interna com o objetivo de identificar e mensurar o risco de utilização de seus produtos e serviços na prática da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo.
- C) As EFPC devem implementar procedimentos destinados ao conhecimento de seus clientes, incluindo procedimentos que assegurem a devida diligência na sua identificação, qualificação e classificação.
- D) As políticas de prevenção adotadas pelas EFPC devem contemplar diretrizes para a definição de procedimentos voltados à avaliação e à análise prévia de novos planos e serviços, bem como da utilização de novas tecnologias.
- E) A metodologia de avaliação de risco dos clientes deve considerar sua identificação e qualificação e, ainda, deve prever procedimentos uniformes para toda a carteira de clientes, independentemente de sua capacidade financeira ou nível de renda.

**Questão 15**

**Nos termos da Instrução Normativa PREVIC nº 31/2020, sobre a contabilização de operações das entidades fechadas de previdência complementar, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.**

- ( ) As EFPC devem registrar contabilmente os instrumentos de dívidas de patrocinador relativos aos financiamentos de serviço passado e de *deficit* técnico equacionado no grupo “operações contratadas”, no “passivo não circulante”, subgrupo “empréstimos e financiamentos”.
- ( ) Na existência de depósitos judiciais, estes realizáveis, devem ser atualizados por ocasião da emissão do alvará de levantamento expedido pelo judiciário em favor da EFPC em contrapartida a conta de resultado.
- ( ) As provisões em caráter contingencial devem ser contabilizadas no exigível contingencial, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade, editadas pelo CFC, tendo como contrapartida a conta “constituição/reversão de contingência”.

**A sequência está correta em**

- A) F, F, V.
- B) V, V, F.
- C) F, V, V.
- D) V, F, F.
- E) V, V, V.

**Questão 16**

A Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e sobre o registro e avaliação de títulos e valores mobiliários. O Capítulo I dessa Resolução trata dos procedimentos contábeis aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar. Nesse contexto, analise os procedimentos apresentados a seguir.

- I. A contabilidade da entidade deve ser elaborada respeitando a interdependência patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, agrupada ou separadamente, os planos de benefícios previdenciais e assistenciais administrados pela entidade, bem como o Plano de Gestão Administrativa (PGA), para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes.
- II. A contabilização deve ser descentralizada, mas a sede da entidade deve manter cópias atualizadas dos livros obrigatórios (diário e razão), além de livros auxiliares, com observância das disposições previstas na legislação aplicável.
- III. O livro diário deve conter a escrituração contábil atualizada, não se permitindo atraso superior a trinta dias, e devem conter, transcritas ou anexadas, as demonstrações contábeis e as notas explicativas da entidade.
- IV. A entidade deve providenciar, anualmente, o inventário físico dos bens patrimoniais, compatibilizando os controles individuais com os registros contábeis, e procedendo, se for o caso, aos ajustes necessários.

De acordo com a Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) III e IV.
- D) I, II e IV.
- E) II, III e IV.

**Questão 17**

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) é uma entidade sem fins lucrativos, representativa dos interesses comuns das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Em seus levantamentos estatísticos, a Abrapp evidencia números relevantes da previdência complementar no Brasil, conforme a imagem a seguir:



(Disponível em: <https://www.abrapp.org.br/>. Acesso em: 30/09/2023.)

Como se observa na figura, há 277 entidades fechadas de previdência complementar e 365 associações e entidades de classe instituidoras de plano, movimentando uma cifra de cerca de 12% do PIB, distribuída em 1.174 planos de benefícios. Os planos de benefícios estão sujeitos a processos sucessórios previstos na Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, nas seguintes modalidades:

- A) Incorporação; cisão; supressão; e, fusão.
- B) Cisão; concentração; diluição; e, partição.
- C) Incorporação; fusão; cisão; e, transferência de gerenciamento.
- D) Cisão; fusão; concentração; e, transferência de gerenciamento.
- E) Diluição; partição por cotas; partição por prêmios; e, concentração.



**Questão 18**

Observe a Demonstração da Mutação do Patrim nio Social (DMPS) da Prevsan, referente ao exercício encerrado em 31/12/2021, em comparação ao exercício anterior.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIM�NIO SOCIAL (em R\$ mil) 2021 e 2020			
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
A) Patrim�nio Social - In�cio do Exercício	1.053.899	979.023	7,65%
1. Adições	201.067	140.705	42,90%
Contribuições Previdenciais	52.117	46.477	12,14%
Indenização de Riscos Terceirizados	602	0,00	100,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	143.499	89.019	61,20%
Receitas Administrativas	3.364	4.135	(18,65%)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.485	797	86,32%
Constituição de Fundos para Garantia das Operações com Participantes	0	277	(100,00%)
2. Deduções	(70.856)	(65.829)	7,64%
Benefícios	(63.119)	(58.244)	8,37%
Repasse de Pr�mios de Riscos terceirizados	(602)	0,00	100,00%
Despesas Administrativas	(3.736)	(3.651)	2,33%
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(3.315)	(3.934)	(15,73%)
Reversão Fundos para Garantia das Operações com Participantes	(84)	0	(100,00%)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrim�nio Social (1+2)	130.211	74.876	73,90%
Provisões Matemáticas	108.911	39.546	175,40%
Superávit Técnico do Exercício	20.269	33.771	(39,98%)
Fundos Previdenciais	2	2	0,00%
Fundos Administrativos	1.113	1.280	(13,05%)
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	(84)	277	(130,32%)
B) Patrim�nio Social - Final do Exercício (A+3)	1.184.110	1.053.899	12,36%

As informações estão de acordo com a Instru o Normativa Previc n  31, de 20 de agosto de 2020, que estabelece normas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, estrutura o plano contábil padrão, instrui a função e o funcionamento das contas, a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis. Como é comum acontecer, a DMPS apresentada não cont m as rubricas de todas as adições, destinações e acréscimos/decréscimos possíveis e previstos no Anexo III da Instru o Normativa Previc n  31, de 20 de agosto de 2020, pois, como recomenda a Instru o, "as rubricas com saldos nulos em ambos os períodos deverão ser suprimidas". Segundo o Modelo de DMPS proposto no Anexo III da Instru o Normativa Previc n  31, de 20 de agosto de 2020, caso tivesse ocorrido alguma desoneração de contribuições de patrocinadores no exercício, o valor desta desoneração

- A) seria evidenciado no Grupo 1 (Adições ou Acréscimos) da demonstração.
- B) seria evidenciado no Grupo 2 (Destinações ou Deduções) da demonstração.
- C) não seria evidenciado na demonstração, mas sim na Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios.
- D) não seria evidenciado na demonstração, mas sim na Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios.
- E) não seria evidenciado na demonstração, pois os saldos da rubrica são compensados, obrigatoriamente, durante o exercício.

**Questão 19**

O Guia Previc de Melhores Práticas Contábeis e de Auditoria, Edição 2021, apresenta as melhores práticas contábeis e de auditoria para Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). Sobre a auditoria independente das EFPC, analise as afirmativas a seguir.

- I. As EFPC devem contratar auditor independente a cada encerramento trimestral da contabilidade.
- II. O auditor independente contratado pela EFPC deve produzir os seguintes relatórios: (a) relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis; (b) relatório circunstanciado sobre as deficiências de controles internos; e (c) relatório para propósito específico, no qual deve ser avaliada a adequação dos controles internos aos riscos suportados, bem como a governanç a da EFPC.
- III. O relatório para propósito específico é exigido para as EFPC classificadas como Entidades Relativamente Importantes (ERI), definidas pela Previc.
- IV. Os  rg os de governanç a das EFPC não devem conhecer o planejamento da auditoria, pois, nessa fase, usualmente, é o momento em que o auditor independente elege quais serão os principais assuntos de auditoria os quais devem ser objetos de discurs o com a diretoria executiva, evitando, assim, que a entidade auditada produza documentos que impeç m a identificação de vícios ou desvios.

De acordo com o Guia Previc de Melhores Práticas Contábeis e de Auditoria, Edição 2021, está correto apenas o que se afirma em

- A) II.
- B) III.
- C) I e II.
- D) II e IV.
- E) I, III e IV.





**Questão 21**

O auditor independente verificou que a entidade Futuro Garantido, Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) que está sendo auditada, reduziu, gradualmente, a partir de 2013, a taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de contribuições e benefícios em 0,18% a cada ano, até 2018. Nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade CTA CFC nº 8/2013 e da Resolução CNPC nº 9/2012, qual deveria ser a redução mínima percentual da taxa máxima de juros permitida nas projeções atuariais no lapso em tela?

- A) 0,1%.
- B) 0,2%.
- C) 0,3%.
- D) 0,15%.
- E) 0,25%.

**Questão 22**

O julgamento do auditor sobre a natureza do assunto, que dá origem à modificação e à disseminação de forma generalizada dos seus efeitos ou possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis, afeta o tipo de opinião a ser expressa. Na situação em que demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes e generalizadas, considerando a NBC CTA CFC nº 8/2013, Resolução CNPC nº 9/2012 e Resolução CGPC nº 18/2006, como deverá ser expressa a opinião do auditor?

- A) Opinião adversa.
- B) Opinião sem ressalva.
- C) Opinião com ressalva.
- D) Abstenção de opinião sem ressalva.
- E) Abstenção de opinião com ressalva.

**Questão 23**

A Norma Brasileira de Contabilidade CTA CFC nº 8 estabelece que no planejamento e execução dos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), que incluem mais de um plano de benefícios, o auditor deverá considerar o ambiente de controles internos; as principais características dos planos de benefício; os níveis de materialidade planejada por plano de benefício; dentre outros aspectos, de forma a ter segurança razoável que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais estão livres de erros materiais causados por erros ou fraude. Considerando requerimento da Resolução CNPC nº 8, acerca dos planos de benefícios administrados pela EFPC, a que se refere o objetivo de tal procedimento?

- A) Rentabilidade.
- B) Projeção de crescimento.
- C) Necessidade de comparação das regras.
- D) Verificação da viabilidade a longo prazo.
- E) Obrigatoriedade da divulgação das demonstrações individuais.

**Questão 24**

Tendo em vista que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) atuam sob regulação e supervisão de outras entidades, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) São reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).
- ( ) Suas práticas contábeis requerem adoção plena das Normas Brasileiras de Contabilidade.
- ( ) Cabe ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC) estabelecer forma e periodicidade das demonstrações contábeis a serem divulgadas pelas EFPCs.
- ( ) Devem apresentar as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefícios e o relatório dos auditores independentes.
- ( ) São supervisionadas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

A sequência está correta em

- A) F, F, F, V, F.
- B) V, V, V, V, V.
- C) F, F, F, F, V.
- D) V, V, V, F, F.
- E) F, V, V, V, F.

**Questão 25**

**Analise as afirmativas a seguir, fundamentadas na Norma Brasileira de Contabilidade CTA CFC nº 8:**

- I. Quando os valores correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, tiverem sido auditados por outros auditores independentes, o auditor atual poderá adicionar um parágrafo de outros assuntos.
- II. A omissão do parágrafo levaria o usuário das demonstrações contábeis a entender que as informações correspondentes foram auditadas pelo auditor atual.

**Assinale a alternativa correta.**

- A) Ambas as afirmativas são falsas.
- B) A afirmativa I é falsa e a afirmativa II é verdadeira.
- C) A afirmativa I é verdadeira e a afirmativa II é falsa.
- D) Ambas as afirmativas são verdadeiras, sendo que a afirmativa II é complementar da afirmativa I.
- E) Ambas as afirmativas são verdadeiras, sendo que a afirmativa II não é complementar da afirmativa I.

**ATENÇÃO**



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO.  
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**

## QUESTÕES DISSERTATIVAS

ORIENTAÇÕES GERAIS

- Os textos das respostas das questões dissertativas serão avaliados quanto ao domínio do conteúdo dos temas abordados (demonstração de conhecimento aplicado) e da Língua Portuguesa aplicada.
- Para a avaliação, serão atribuídos, no máximo, 25 (vinte e cinco) pontos para cada questão.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo nos casos em que o examinando tenha solicitado condição especial e, ainda, ser, obrigatoriamente, transcrita para a Folha de Texto Definitivo. Deverá ser observado o limite máximo de 30 (trinta) linhas.
- As folhas de respostas dos textos definitivos das questões dissertativas não poderão ser assinadas, rubricadas e/ou conter qualquer palavra e/ou marca que as identifiquem em outro local que não seja o estabelecido para isso, sob pena de anulação da resposta elaborada pelo examinando. Elas serão os únicos documentos válidos para a avaliação das questões dissertativas.
- As folhas para rascunho constantes no caderno de provas são de preenchimento facultativo e não serão consideradas para fins de avaliação. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora (nome, apelido, número de registro profissional, UF, dentre outros) na folha destinada à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação do texto.

**Questão 01**

Em determinada auditoria perante uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), o auditor evidencia que a instituição auditada não está adotando plenamente as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) em suas práticas contábeis, bem como registra os lançamentos contábeis com base no princípio da competência, significando que na determinação do resultado são computadas receitas, adições e variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua efetiva realização, como também despesas, deduções e variações negativas incorridas no mês correspondente.

**Considerando a situação hipotética, discorra sobre os tópicos a seguir:**

- a) Em quais situações a EFPC poderia se eximir de seguir plenamente as NBCs e como o auditor deverá expressar no relatório de auditoria sobre tais fatos? Justifique.
- b) De acordo com a Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, em que hipóteses poderá haver registros contábeis efetuados com base no regime de caixa e qual a forma de divulgação desta exceção?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**Questão 02**

Uma das atribuições dos profissionais da Contabilidade é fazer a correta mensuração e registro dos valores decorrentes da tributação das atividades das entidades. Profissionais da Ciência Contábil podem exercer diversas atividades, pois tal ciência tem um amplo leque de oportunidades, dentre as quais está a de auditoria independente. Considere que determinado contador está atuando como auditor independente de entidades de previdência complementar e, portanto, tem um profundo conhecimento da legislação atinente à matéria tributária desse tipo de entidade. Em função do seu amplo conhecimento, ele foi convidado para apresentar uma conferência que tem como público-alvo os contadores das entidades de previdência complementar e deve tratar, nesta conferência, sobre os principais aspectos da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário e dá outras providências.

**Disserte sobre os aspectos tributários dos planos de benefícios de caráter previdenciário, contidos na Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, relacionando-os às definições evidenciadas nas seguintes legislações-base:**

- I. Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências; e,
- II. Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO



**CFC**





**CFC**

## INSTRUÇÕES

1. Somente é permitida a utilização de caneta esferográfica em material transparente de tinta azul ou preta de ponta grossa. No ingresso na sala de aplicação de provas, os examinandos deverão recolher todos os equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os examinandos nem a utilização de livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo, bem como equipamentos eletrônicos e/ou de comunicação, dentre eles: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, fone de ouvido, *pen drive*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo ou pulseiras magnéticas e/ou similares, carteiras etc. O Instituto Consulplan não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas nem por danos neles causados. No caso de o examinando, durante a realização das provas, ser surpreendido portando/utilizando quaisquer objetos ou aparelhos eletrônicos citados, será lavrado, no Termo de Ocorrência, o fato ocorrido e o examinando será ELIMINADO, automaticamente, do Exame.
2. Será admitido o uso de máquina calculadora desde que não permita o armazenamento de texto.
3. O tempo de duração da prova objetiva de múltipla escolha é de 4 (quatro) horas e abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas).
4. O Caderno de Provas consta de 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha e 2 (duas) questões dissertativas. Ao receber o material de realização das provas, o examinando deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde a sua área de conhecimento pleiteada, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) e na Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos ou o material esteja incompleto ou, ainda, tenha qualquer imperfeição, o examinando deverá informar tal ocorrência ao fiscal de aplicação, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
5. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E), sendo apenas uma única resposta correta de acordo com o enunciado da questão. Para cada questão haverá, no Cartão de Respostas, cinco campos de marcações (A, B, C, D e E).
6. No dia da aplicação das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou critérios de avaliação, considerando que é dever do examinando estar ciente das normas contidas em Edital.
7. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio de rascunho.
8. Será permitida a saída definitiva do examinando da sala de prova somente após 2 (duas) horas do seu início, sendo também liberada a entrega do caderno de provas no momento de sua saída. Ao término da prova deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal de aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas, que serão utilizados para a correção da prova. O examinando que descumprir a regra de entrega de tais documentos será ELIMINADO do Exame.
9. Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas e procederem à assinatura do respectivo termo de registro em ata de aplicação. Caso algum dos examinandos insista em sair do local de aplicação antes de ser autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo examinando e testemunhado por 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo coordenador da unidade de provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Exame.
10. Ao término da prova, o examinando deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso e a utilização dos sanitários da unidade.

## RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos preliminares das questões objetivas serão divulgados no dia 13 de novembro de 2023.
- O examinando poderá apresentar recursos, desde que devidamente fundamentados, de 00h00min do dia 14 de novembro de 2023 às 23h59min do dia 16 de novembro de 2023. Para recorrer, o examinando deverá encaminhar sua solicitação ao Instituto Consulplan, por meio do campo de Interposição de Recursos, na página referente a este Exame de Qualificação Técnica (EQT), no endereço eletrônico do Instituto Consulplan ([www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br)). Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax, fora do prazo preestabelecido, ou qualquer outro meio que não seja o disposto em Edital.
- Os espelhos das respostas às questões dissertativas (imagem digital) serão disponibilizados na *internet*, no dia 20/12/2023, na página do Instituto Consulplan ([www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br)), no ambiente do examinando.
- Os examinandos poderão solicitar revisão das questões dissertativas do EQT (QTG, Perícia, CVM, BCB, Susep e Previc), das 00h00min do dia 21/12/2023 até às 23h59min do dia 22/12/2023, devendo o pedido ser enviado ao Instituto Consulplan, conforme orientação constante no endereço eletrônico ([www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br)). Não serão aceitos pedidos de revisão via postal, via correio eletrônico, via fax, fora do prazo preestabelecido, ou qualquer outro meio que não seja o disposto em Edital.